

DE : Doutoranda ELISA MAÇÃS

OIENTADORA: Mônica Pereira dos Santos

Set 2012

## **O MAL-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CULTURAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS EM UM NOVO CONTEXTO.**

Quando se pensa em mal-estar, podemos dizer que se pensa em desconforto, incômodo, indisposição. Desconforto associado à falta de ânimo, a desalento, a desconsolo. Incômodo relacionado a transtorno, à perturbação. Indisposição no sentido de enfermidade, de conflito, de zanga. Ficamos então reflexivos quando temos a consciência de que um desses mal-estares de nossa época, do século XXI, está diretamente relacionado ao que sentem os profissionais da educação, culturalmente, politicamente e no exercício de sua prática, quer seja local ou globalmente. Há um transtorno eminente, demonstrado na convivência com as diversas culturas e, com isso, com valores bastante diferentes dos até então vivenciados. Há uma enfermidade manifestada num profundo stress das relações, dos relacionamentos, entre equipes, entre alunos e professores, entre professores e pais, pais e alunos, entre os integrantes da comunidade em geral. Um profundo estresse que se reverte muitas vezes, em um profunda raiva, da vida, das condições, do ponto a que profissão chegou. Há conflitos evidentes entre todos, noticiados diariamente. Os sorrisos foram trocados por caras, muitas vezes, zangadas e insatisfeitas. Há mais cansaço do que ânimo! Os profissionais da educação estão desconfortáveis, incomodados, indispostos quer seja com as avassaladoras transformações sociais, quer seja com os modelos educacionais diferenciados que, conforme Esteve (1999,p.22) apresentam concepções diferentes de homem, de educação e sociedade e que, por esta razão, os tiram de uma posição de domínio sobre a situação, fragilizando-os, desequilibrando-os, interna e externamente. Isto é, no que pensam, no que creem, no como se posicionam, em sua visão do mundo e, ao perceberem a visão que o mundo, atualmente, tem de si próprios. Todo esse mal-estar termina se manifestando

em forma de absenteísmo, em pedidos constantes de transferência, em estresse, em doenças fingidas e reais. Acrescido ainda da vivência de práticas que não consideram mais válidas e adequadas. De acordo com Esteve (1999,p.58) Alguns vivenciam a docência com uma postura contraditória: sabem que os antigos modelos não são válidos mas ainda continuam a utilizá-los talvez porque não saibam como substituí-los.

A sensação parece ser a de estarem percorrendo uma corda bamba, sem qualquer tipo de proteção ou reconhecimento pela responsabilidade, esforço e comprometimento com a vida de tantos, que formam periodicamente, dia a dia. Segundo o autor, esse mal-estar se constitui portanto, hoje em dia, numa realidade constatada e estudada pelos pesquisadores. É fato! Não se trata de uma hipótese. Trata-se de uma constatação. Entretanto, os próprios profissionais da educação ao se darem conta desse sentimento e desse cenário por vezes, constrangedor e doloroso, se perguntam: - mas afinal, o que foi que aconteceu?

Tal como aconteceu com os médicos, entre outros- refletem sobre seu trabalho e mal conseguem entender o que lhes aconteceu: sem necessidade de sair da escola em que talvez estejam há 10 anos , observam alunos e seus costumes , refletem sobre os relacionamentos pessoais nas salas de aula, recordam o tratamento que recebiam dos pais há anos, e custam a perceber o que foi que aconteceu. (ESTEVE, 2004)

O momento em que vivemos é perturbador, é confuso, é conflitante, é revoltante, diante de valores os mais diversos, da diversidade de pensamentos, de ideias, de hábitos, de costumes, com os quais a sociedade não foi preparada para conviver e a educação não saiu na frente para alertar e preparar. É como se estivéssemos atravessando uma grande ponte, entre um modo de viver, de ensinar, de aprender para outro extremamente diferente, intrigante, estranho sem saber exatamente como devemos fazer o que temos que fazer, sem poucas orientações, sobre o que vamos encontrar, sem noção clara desse outro lado... E, no ponto em que estamos dessa travessia, nos sentimos assim, em muitos momentos absolutamente sós, num diálogo distante, silencioso, profundo e angustiante, numa tempestade de intenções e jeitos diferentes de encarar esse caminho do cotidiano da profissão, num novo contexto..

A situação atual não tem precedentes históricos, supõe o fim de um sistema educacional baseado na exclusão, e configura uma nova

concepção de nosso sistema de ensino que ainda não somos capazes de avaliar na justa medida porque todos nós fomos educados no sistema anterior, e, na falta de outras referências, tendemos, inevitavelmente, a comparar os problemas atuais com situações anteriores, sem entender que a generalização do ensino para cem por cento da população supõe uma mudança qualitativa que modifica os objetivos, as formas de trabalho e a própria essência do sistema educacional. (ESTEVE,2004, p.36)

Mais uma vez na história da educação nos deparamos com a desprofissionalização,( ou proletarização) do professores que, segundo Nóvoa (1999, p,21) acontece há algumas décadas, num percurso tenso de lutas e conflitos, e que tem sua origem não somente na desvalorização do professorado mas também na expansão da escola, no aumento do número de docentes, na incerteza das finalidades e missões das instituições escolares e de seu papel na reprodução cultural e formação de elites.

Trata-se de um momento de desencanto da profissão face às constatações penosas de desvalorização da sociedade em relação ao papel e importância do professor? Um tempo de mudanças, permeado por uma grande crise de valores e interesses que deixou à deriva ou à margem os profissionais da educação, talvez por esperar deles o que também desconheciam, resultando assim, na constatação de que o ato de ensinar hoje, é qualitativamente mais difícil do que era há 30 anos atrás( NÓVOA, 1999,p.38) . Será mesmo mais difícil ou essa percepção está diretamente relacionada com o mal-estar docente a que aqui nos referimos, caracterizado pelo desconforto, incômodo, indisposição provocado por um tempo de crise, de transição, de desequilíbrio diante do perfil do aluno que não é mais o mesmo, das sofridas transformações nos contextos em que se vive e trabalha, das drásticas mudanças ocorridas no sistema educacional? Baseados em Esteve (2004) consideramos que, para buscarmos respostas à diversidade e possibilidades de ação, é preciso que se saiba formular perguntas que nos elucidem em como fazê-lo. Por exemplo, a pedagogia da exclusão é vontade declarada pela maioria para que seja extinta, entretanto a pedagogia da inclusão ainda está distante de acontecer naturalmente. Sendo assim, o que fazer para mudar essa conduta, essas ações que ainda privilegiam a exclusão? O foco não é mais o ensino mas o processo da aprendizagem entretanto, como se trabalha com o processo se não houve uma formação para tal? Ao invés de sistema de ensino

queremos de fato uma sistema educacional que contemple a educação como direito e não como privilégio mas até que ponto estamos avançando nesse propósito, no âmbito de nossas práticas ?

É difícil para todos nós aceitar e entender a mudança, principalmente, quando nos obriga a mudar nossos sistemas de equilíbrio e nossas formas de entender uma realidade à qual estávamos acomodados e, quando nos obriga a modificar profundamente nossa maneira de viver.(ESTEVE, 2004,p.72)

Talvez possamos arriscar dizer que os profissionais de nossos tempos, diferentemente de nossos antepassados estão se propondo a viver a mudança e com isso, passam por esse mal-estar que só acontece a quem aceita o desafio de enfrentar o desequilíbrio, a desacomodação de hábitos e procedimentos rotineiros, a buscar uma nova forma de viver, de ensinar e de educar. Os padrões estão sendo rompidos. Os valores estão sendo reavaliados. A eles é pedido que preparem e formem pessoas para uma sociedade que ainda não se sabe direito como será. O conflito entre o passado, o presente e o futuro está mais forte do que nunca. Um conflito que começa no interior de cada profissional e se manifesta das mais variadas formas quer seja em sala de aula (ESTEVE, 1999) com sentimentos e emoções negativas, quer seja pelas condições com que são tratados, pelas inovações impostas sem critério e sem qualquer tipo de preparação, pela ambiência em que se exerce a docência, desconectada, muitas vezes, do cotidiano apresentado pelos meios de comunicação que atuam implacavelmente em nossa sociedade. Fatores esses, que têm influência direta sobre a imagem que o profissional tem de si mesmo e de seu trabalho, sem saber mais qual é seu papel, promovendo assim uma crise de identidade que, muitas vezes, chega à depreciação do ego e ainda mais, sem o amparo social. Sem contar com as exigências para que tenham posturas e atitudes completamente contraditórias, levando-os a se sentirem “perdidos” e inseguros num universo que parece os colocar numa situação de fragilidade e incerteza .

exige-se do professor que seja um companheiro e amigo dos alunos ou, pelo menos, que se ofereça a eles como um apoio, uma ajuda para seu desenvolvimento pessoal; mas, ao mesmo tempo, exige-se que ele faça uma seleção ao final do curso, na qual, abandonando seu papel de ajuda, deve adotar um papel de julgamento que é contraditório ao anterior (...) A acelerada mudança do contexto social acumulou as contradições do sistema de ensino. (ESTEVE, p.1999).

Um outro aspecto que também mudou nesse cenário é que antigamente o professor parecia ser uma pessoa “encantada”, a quem os alunos tinham grande respeito e admiração. Sua palavra era uma ordem. Segui-lo era mais um prazer do que uma obrigação. Tinha um status social elevado. Era tido como alguém com grande cultura e, com vocação para a profissão. Isso representava status social. Hoje, em contrapartida, status social está vinculado à renda salarial. Para Esteve (1999, p. 34) hoje em dia, além do salário dos professores significar motivo de crise de identidade, também os pais consideram que escolher a profissão docente é não ter tido condições ou capacidade de escolher “algo melhor”, em que se ganhe mais dinheiro. Constatação essa que os deprime e os leva a sentirem-se esvaziados, diminuídos, estressados. As fontes de estresse passam portanto, de acordo com Esteve (1999, p.35) pela questão salarial, pela falta de coerência na relação com os alunos e, pela intensidade de tarefas a cumprir em seu trabalho. De acordo com Nóvoa (1999, p.29) “num olhar rápido temos a impressão que a imagem social e a condição econômica dos professores se encontram num estado de grande degradação.” O autor aponta para a necessidade de construir políticas que reforcem os professores, seus saberes e os seus campos de atuação, que valorizem as culturas docentes, e que não transformem os professores numa profissão dominada pelos universitários, pelos peritos ou pela indústria de ensino. A indústria do ensino se instalou em nosso cotidiano, procurando tornar comercial o que é estritamente educacional. Segundo ele, os professores têm visto o seu território profissional e simbólico ocupado por outros grupos, Nóvoa (2009, p.8).

Certamente, que tal panorama os desestabiliza e talvez os faça sentirem-se à margem do processo. Podem levá-los a pensar que suas reflexões são apenas meras palavras e, assim, tornam-se resignados diante da constatação de insucesso que causa essa situação.

Podemos dizer então, que se trata de uma questão de exclusão dos professores, tendo em vista esse cenário de desvalorização profissional, dúvidas e incertezas em que atuam? Os profissionais da educação parecem estar ausentes de muitos dos espaços sociais em que sua participação seria imprescindível. Segundo Nóvoa (2009,p.12) “há uma ausência dos professores, uma espécie de silêncio de uma profissão que perdeu visibilidade no espaço público”. Mas que tipo de silêncio é esse? Um silêncio que confirma a

exclusão? Um silêncio excludente? Um silêncio que grita. Um silêncio que só é “quebrado” na participação de movimentos grevistas.

É estranho se pensar que profissionais da educação possam estar sentindo excluídos do contexto da sociedade em que vivemos? Não fica estranho se nos apoiarmos no conceito de inclusão em educação, proferido por Santos (2003, p.81) , quando diz que

Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual tem sido geralmente privados. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Nesse sentido a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão refere-se portanto, a todos os esforços no sentido de garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, á qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres.

Ainda de acordo com Santos (2009, p.13) pode-se dizer que as exclusões são muito mais uma construção social do que um dado natural, o que se relaciona com o quadro atual. Falta um convívio harmonioso e de bem-estar com a diversidade; falta abertura, flexibilidade e acolhimento a esse profissional que, não foi preparado para viver uma época com tantas inovações e transformações e que, assim como tantos outros profissionais, também está a procura de saber para onde vamos, para onde estamos caminhando, o que se quer, para que se quer, para quem, para quando.

O tema torna-se hoje mais delicado e instigante quando se pensa que profissionais da educação buscam os caminhos que levam à compreensão do aluno que precisa formar e que, na atualidade esses caminhos são ainda pouco claros, tendo em vista uma sociedade que aos poucos, se revela. Entendemos portanto, que o professor precisa ser compreendido nas dimensões do papel de seu compromisso intelectual, ético e social, gerenciando dilemas das mais variadas naturezas. É preciso então que seja reconhecida a sua importância no contexto atual, de acordo com os novos princípios e as novas necessidades educacionais. É preciso resgatá-lo para ocupar o seu lugar profissional, na sociedade do conhecimento, com a dignidade e importância devida. As tecnologias não substituem o profissional da educação no processo de ensino-aprendizagem. Ele apenas se faz presente de outra forma, por outros meios. Computação em rede, mundos virtuais em

3D, tabletes, wikis, eportfólos, quadros interativos, sensores, realidade virtual devem apoiá-lo mas não o substituem.

No entanto, é preciso trazer de volta esse profissional à participação para que possa agir em seu espaço educacional e possa realizar suas atividades, percebendo-se aceito e envolvido com o processo, com seus sujeitos/atores !!! Parece que não se sente aceito. É importante que se sinta junto, que possa colaborar com os outros, que se sinta envolvido nas decisões, no contexto.

Aumentar a inclusão envolve reduzir a exclusão. Envolve combater as pressões exclusionárias que impedem a participação. (...) A inclusão é vista principalmente como a colocação em prática de valores inclusivos. É um compromisso com determinados valores que explicam o desejo de superar a exclusão e promover a participação. (BOOTH & AINSCOW, 2011, p.20-21)

Neste ponto deste texto consideramos importante a criação de culturas de inclusão dos profissionais de educação ao contexto atual. Isto significa, tomando por base Santos (2009) a importância de que dimensionem o que é crucial, fundamental ao seu papel, no sistema educacional da sociedade do século XXI e que irá legitimar suas práticas e teorias. Uma postura voltada primeiramente para si, para a essência do profissional que são, do que desempenham, do que tem para contribuir nesse novo contexto, porque acreditam no trabalho que desenvolvem, porque creem em sua contribuição para a sociedade, porque atribuem um valor ou valores que imprimem sentido às suas práticas discursivas, ao seu fazer pedagógico, pautados, segundo Booth & Ainscow (2011, p.21) na igualdade, nos direitos, na participação, na comunidade, no respeito pela diversidade, na sustentabilidade, na não-violência, na confiança, na compaixão, na honestidade, na coragem, na alegria, no amor, na esperança/otimismo e, na beleza. Esses são os valores considerados inclusivos, em relação às estruturas, às relações e ao espírito, elementos fundamentais na dimensão das culturas. Sustentam as estruturas, estão presentes nas relações e fortalecem o espírito.

Num segundo momento entretanto, essa postura citada acima necessita se abrir à reflexão com os outros que fazem parte do cotidiano profissional

desses educadores a fim de que sejam discutidos esses valores que tem demonstrado em suas ações e procedimentos e aqueles, que gostariam de adotar, entendendo o quanto e como influenciarão as suas ações, as suas práticas. Trata-se então de um diálogo que aproxima, que inclui e que contribui não só em nível pessoal, mas profissional e mais ainda, com a profissão e nos elos que esta tem com a comunidade e com a sociedade.

a dimensão das culturas representa, para nós, o plano em que, internamente, construímos nossas práticas discursivas, nossas justificativas, nossas crenças, e tudo aquilo que, provavelmente, legitimará nossas políticas/ intenções e ações.

Uma vez criadas as culturas, é preciso legitimar as intenções, as ações. Para isso é preciso materializá-las, é preciso que todos se sintam parte, desenvolvendo então, políticas de inclusão expressas em projetos, planos, planejamentos, pautas, regras que, de fato, modifiquem a situação atual em que se encontram os profissionais da educação. Procedimento esse, que quanto mais realizado em conjunto, entre profissionais e comunidade, entre instituições de educação e profissionais, melhor, mais coerentes com o que é necessário, com o que atende à demanda. Procedimento que precisa deixar de ser apenas um discurso e virar prática. Segundo Santos (2009,p.17) para implementar políticas é importante um planejamento estratégico que as tornará realmente viáveis e realizáveis, a fim de que não haja um descompasso entre a intenção e a ação.

Desenvolver políticas de orientação inclusiva implica não somente a coragem de admitir o que se deseja e prevê como educação, como também um planejamento sobre como colocar este desejo e esta previsão em prática.

Até que ponto nas escolas, nas instituições educacionais, nos órgãos que tratam do assunto tem-se discutido e criado políticas voltadas aos profissionais da educação? Políticas que atendam as suas necessidades para atendimento a uma sociedade que está impondo (ESTEVE, 1999) mudanças profundas na profissão. Até que ponto há preocupação com esse aspecto? Até que ponto pais, direção e outros profissionais de outros serviços já pararam para perguntar o que pensam os profissionais da educação sobre o cotidiano que estamos vivendo, sobre o que mudou, o que permanece, o que precisam, o que os angustia e lhe faz falta para sua prática educacional?



Ao invés disso a sociedade muitas vezes lhes atribui tudo que está errado na educação, baixando drasticamente o elevado status social e cultural que detinham nos anos quarenta e cinquenta, do século XX. Além disso, também são cobrados a ministrar conteúdos que não conheciam, que não faziam parte de sua geração, a demonstrar habilidades pouco ou quase nada desenvolvidas.

Independentemente das tensões geradas no contexto social no qual exerce a docência, encontramos outra série de limitações que atuam diretamente sobre a prática cotidiana, limitando a efetividade da ação do professor (...) entre eles a falta de recursos generalizada (ESTEVE, 1999,p.47)

No entanto, de acordo com Nóvoa (2009,p.5) os professores reaparecem nesse início de século como fundamentais para a construção de processos inclusivos que respondam e saibam lidar com a diversidade. Conviver com as diferenças é a chave para viver, trabalhar satisfeito. Essa talvez seja uma das palavras centro das atenções da sociedade atual, a fim de que se reorganize estruturalmente para viver as implicações e impactos de culturas, políticas e práticas tão divergentes ou desconhecidas.

Por esta ótica, entendemos que o desenvolvimento de políticas para os profissionais da educação, de acordo com as necessidades reais apresentadas, resultado das transformações observadas nos tempos atuais, quer sejam na forma de estudar, de aprender, de viver, de relacionar-se, de trabalhar tornará possível a sua participação efetiva no processo, restabelecendo uma convivência harmoniosa e feliz com os alunos, com a instituição educacional em que trabalham, com a sua comunidade.

E, o que dizer das práticas de inclusão que devem permitir e/ou proporcionar que sejam recebidas de forma harmoniosa as transformações sociais que se repercutem diretamente na profissão docente, refletindo valores em consonância com as políticas? As práticas adotadas na relação com os profissionais da educação devem estar compatíveis com as culturas e as políticas instituídas para eles. Devem retratar atividades que proporcionem seu desenvolvimento face às mudanças ocorridas, fazendo que se sintam adiante e não a reboque de seu tempo, encorajando-os à ação, à reflexão, à autocrítica, á critica construtiva, compartilhando experiências, propostas, planos,

planejamentos, ideias. Trata-se portanto de uma convivência compartilhada, comprometida com cada um e com o todo. Conforme Nóvoa (2009, p. 8) há

necessidade de se construir políticas que reforcem os professores, os seus saberes e os seus campos de atuação, que valorizem suas culturas docentes, e que não transformem os professores numa profissão dominada pelos universitários, pelos peritos ou pela “indústria do ensino”.

Uma vez envolvidos e participantes do cotidiano das instituições em que trabalham, engajados na tomada de decisões e colaborando com a gestão, certamente terão práticas em sala de aula, coerentes com o contexto e com o seu discurso. Incluídos será consequência natural que promovam atitudes e ações inclusivas.

Através dos movimentos pedagógicos ou das comunidades de prática, reforça-se um sentimento de pertença e de identidade profissional que é essencial para que os professores se apropriem dos processos de mudança e os transformem em práticas concretas de intervenção. É esta reflexão coletiva que dá sentido ao seu desenvolvimento profissional. ( NÓVOA, 2009, p.11)

No entanto para que assim aconteça se faz necessário que a profissão tenha “força” (Nóvoa, 2009), no espaço social que precisa ocupar e que é seu e que começa no espaço educacional ao qual pertence. Força aqui entendida como vigor, energia, potência, veemência, firmeza, ação, poder e tudo que se relacionar com uma presença marcante, significativa e necessária no universo em que atua. É importante também, que a sua comunicação com a sociedade seja livre e fluida, que a participação nos espaços sociais de expressão das ideias seja frequente e constante. Quanto maior o reconhecimento social de sua importância, mais terá voz e vez livrando-se do desprestígio que ora parece prevalecer, se pensarmos em outras profissões, pela admiração e a conexão com os perfis de alunos da atualidade, que agora iniciam sua vida acadêmica e que, mais tarde, serão os responsáveis pelas decisões futuras de sua escola, de sua comunidade, de seu de seu município, de seu estado, de seu país e do planeta em que vivemos.

Entretanto, importante é encontrar que rumo seguir, desenhar a identidade profissional nesse novo contexto, desconhecido até então, face à velocidade das mudanças

Um dos pontos cruciais é portanto, identificar o que caracteriza essa nova identidade, o que dela é esperado e o que pode esperar da sociedade. Para Nóvoa ( 2009, p.20) é importante pensar como se realiza a formação de professores, estruturando-a, ofertando-a “dentro” da profissão, “devolvendo-a” aos professores e visando a incorporação de uma cultura profissional adequada aos tempos que estamos vivendo. Essa nova identidade parece estar vinculada ao que Nóvoa (2009, p.23) cita como professor coletivo e ao que diz ser prioridade, “emergência” na atualidade.

Hoje a complexidade do trabalho escolar reclama um aprofundamento das equipes pedagógicas. A competência colectiva é mais do que o somatório das competências individuais. Estamos a falar da necessidade de um tecido profissional enriquecido, da necessidade de integrar na cultura docente um conjunto de modos colectivos de produção e regulação do trabalho.

Nóvoa explicita a idéia de coletivo não somente no plano do conhecimento mas também no da ética, tendo em vista as diferenças culturais e os conflitos de valores daí oriundos e que os profissionais da educação são chamados a resolver nos lembrando que uma escola só é possível se atende, se preocupa e está conectada com a vida pessoal e social de seus alunos.

Estamos num momento de recontextualizar tudo, por exemplo, formas de fazer negócios, de comprar, de vender, de relacionar-se, de estudar, e tantas outras e, por que não, de recontextualizar a escola, os ambientes de aprendizagem, a prática pedagógica do professor, dos profissionais da educação, do sistema educacional?

As minhas palavras têm como pano de fundo a convicção de que estamos a viver uma fase de transição, na qual se assiste ao fechar de um ciclo histórico, durante o qual se consolidou uma determinada concepção do sistema de ensino, dos modos de organização das escolas e das estruturas curriculares, do estatuto de professores e das maneiras de pensar a pedagogia e a educação. (NÓVOA, p.28)

Nóvoa ilustra o pensamento acima dizendo inclusive da ampliação do espaço escolar, remetendo-nos a um espaço de redes e de instituições visando a educação integral dos alunos. O que nos leva a compreender a importância da oferta de ambientes virtuais de aprendizagem em conexão com novas linguagens de pesquisa, de estudo, de relacionamento, de compartilhamento das informações, do conhecimento. Com a mesma preocupação e ênfase, Nóvoa propõe a diversificação pedagógica, quer seja na organização e na construção de escolas e projetos diferentes, na definição de percursos

escolares e currículos diferenciados. Complementa essa idéia com a necessidade de uma maior responsabilidade da sociedade no processo educacional, propondo um novo contrato educativo onde não só os profissionais da educação tem responsabilidade mas um conjunto de outros atores e instâncias sociais, o que nos remete ao compromisso de todos com tudo, ao que deixa claro a importância das parcerias, da flexibilidade, do compartilhar o viver, o cotidiano pedagógico. Esse pensamento se associa ao conceito de inclusão posto por Santos ( 2003) anteriormente, nos mostrando que se trata de um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena.

Recontextualizar a educação: é talvez a grande questão, que a todos inquieta, que muitos já detectaram e outros não! Isso significa repensar a dinâmica do processo de aprender e ensinar, de estar vivendo para considerar a vida um espetáculo em que cada pessoa é ator protagonista. É ressignificar a sustentabilidade da vida, encontrando prazer em viver e conviver, em estudar em aprender, em ensinar, em trabalhar.

A recontextualização da educação trará uma nova visão de mundo, de comunidade, de trabalho, de sociedade, de educadores e educandos, de instituições de ensino, de culturas, de políticas e de práticas, de espaços de convivência, de vida social e cultural. E, por que não dizer, o bem-estar docente!